



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**EDITAL Nº 93/2016**

**FRANCISCO JOSÉ CALDEIRA DUARTE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DO CONCELHO DE CASTRO VERDE**

**Torna Público**, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sequência da vistoria realizada no dia 3 de novembro do corrente ano, aos imóveis sito no Largo de S. Fabião nºs 8, 10 e 12, na localidade de Casével, União das Freguesias de Castro Verde e Casével, Concelho de Castro Verde, propriedade de Maria Aurora Marques Martins Rosa Silva, residente em Rua de Almodôvar, nº 80, Castro Verde, Joel Santos Lima, residente em Largo das Palmeira, nº 8, Pernigem, São João das Lampas, Sintra e Umbelina Martins Rosa Soutero, residente na Rua das Figueiras, nº 116 – bicef, Alcacidex., não respondendo à notificação nem levando a efeito as obras indicadas, notificam-se;

**1** – Todos os proprietários dos imóveis acima identificados, que esta Câmara Municipal de harmonia com o disposto na alínea c) nº 5 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, deliberou em sua reunião realizada no dia 23 de novembro de 2016 aprovar a informação, bem como deliberar a demolição das edificações dado as mesmas estarem em más condições de conservação, que colocam em risco a estabilidade estrutural dos edifícios confinantes.

**2** – Mais se notificam que deverão proceder à obra de demolição dos prédios em ruínas, remoção a depósito dos produtos e limpeza do espaço, no prazo de 30 dias a contar da data de afixação do presente edital, caso os herdeiros dos edifícios não derem cumprimento ao prazo atrás estabelecido, esta Câmara Municipal tomará posse administrativa do imóvel nos termos do artigo 91º do RJUE, para dar execução imediata às obras determinadas.

**3** – Notificam-se, ainda que de harmonia com o disposto no artigo 101º do CPA, os interessados poderão pronunciar-se por escrito sobre a decisão de ordenar a demolição dos edifícios em ruínas, num prazo de 10 dias úteis para o efeito.

**4** – Ficam também notificados caso não efetuem a demolição das edificações, remoção a depósito dos produtos e limpeza do espaço, voluntariamente, no prazo atrás fixado, a Câmara Municipal procederá à execução coerciva dos referidos trabalhos de demolição dos imóveis, com a remoção a depósito dos produtos e limpeza do espaço, eliminando o perigo para a segurança das pessoas e bens, sendo as despesas resultantes dos trabalhos, correrão por conta dos proprietários, nos termos do artigo 179º do CPA conjugado com o artigo 108º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de dezembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº 136/2014 de 9 de setembro, iniciar-se também o competente processo de contraordenação de acordo com as alíneas s) e t) do artigo 98º da legislação atrás citada.

O processo poderá ser consultado na Secção de Licenciamento Urbanização e Edificação, desta autarquia, durante o horário normal de expediente, em todos os dias úteis.

Para constar se pública o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos Paços do Município, na sede da União das Freguesias de Castro Verde e Casével e nos lugares públicos do costume e num jornal de âmbito nacional.

Paços do Município de Castro Verde, 29 de novembro de 2016.

O Presidente,

-Francisco José Caldeira Duarte -

